

Universidade Lusófona de Cabo Verde

1. NOS TERMOS DO N.º 3 DO ARTIGO 53.º DO, DECRETO-LEI N.º 20/2012, DE 19 DE JULHO

Sumário: Acreditação da Licenciatura em Administração Publica, da Universidade Lusófona de Cabo Verde na Unidade Orgânica do Mindelo

DESPACHO N.º 023/ARES/2024

De 28 de junho de 2024

Objeto: Acreditação e registo do ciclo de estudos – Licenciatura em Administração Pública da Universidade Lusófona de Cabo Verde.

Considerando que:

- 1. Nos termos do n.º 3 do artigo 53.º do, Decreto-Lei n.º 20/2012, de 19 de julho, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 12/2015, de 24 de fevereiro, que aprova o Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior (RJIES), a entrada em funcionamento de ciclos de estudos que visem conferir graus académicos e diplomas de estudos superiores profissionalizantes carece de acreditação e registo junto do departamento governamental responsável pelo ensino superior;
- 2. A COFAC, Cooperativa de Formação e Animação Cultural, C.R.L., Entidade Instituidora da Universidade Lusófona de Cabo Verde (ULCV), solicitou a acreditação e o registo do ciclo de estudos, Licenciatura em Administração Pública, para funcionamento na Unidade Orgânica do Mindelo, nos termos da lei;
- 3. O ciclo de estudos em causa caracteriza-se pelo(s) seguinte(s) quadro(s):

	N.º DE HORAS		
ÁREAS CIENTÍFICAS	CONTACTO	TOTAL	N.º DE CRÉDITOS



Ciências Sociais (CS)	480	1280	48
Direito (DTO)	180	480	18
Gestão da Administração (GA)	1020	2720	102
Humanidades (HD)	360	960	36
Matemática e Estatística (ME)	240	640	24
Proteção (PS)	60	160	6
Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC)	60	160	6
Total	2400	6400	240

4. De acordo com a deliberação emitida pelo Conselho de Administração (CA) da Agência Reguladora do Ensino Superior (ARES), o plano de estudos do referido ciclo de estudos se encontra elaborado em conformidade com as disposições legais aplicáveis.

Assim:

A ARES, ao abrigo da alínea b) do n.º 2 do artigo 15.º dos Estatutos da ARES, reconhece estarem reunidas as condições para a acreditação, registo e funcionamento do ciclo de estudos, Licenciatura em Administração Pública, da Universidade Lusófona de Cabo Verde, na Unidade Orgânica do Mindelo, para funcionamento a partir do ano académico 2024/2025, conferido pelo período máximo de cinco (5) anos, de acordo com o n.º 2 do artigo 72.º do RJGDES, Decreto-Lei n.º 22/2012, de 07 de agosto.

João Manuel Livramento Dias da Silva.